

## A história de um presente: O discurso intelectual sobre o passado em *Nexos* e *Vuelta* na transição democrática mexicana (1982-1992)

José Antônio Ferreira da Silva Júnior<sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho dedica-se a explorar os discursos sobre o passado em *Nexos* e *Vuelta*, as duas maiores publicações culturais no contexto da transição democrática mexicana, nas décadas de 1980 e 1990. Os grupos intelectuais reunidos em torno dessas revistas culturais fomentaram discussões sobre sua conjuntura política por meio de temas históricos e visões sobre o passado mexicano, o que levou a debates em torno da “história oficial” e da revisão historiográfica empreendida nas últimas décadas do século XX no México. A partir da história intelectual como marco teórico, o artigo analisa textos de três historiadores renomados e ligados àquelas revistas: Héctor Aguilar Camín, Enrique Florescano e Enrique Krauze. Deste modo, examina-se as relações estabelecidas entre narrativas históricas e projetos políticos nos discursos intelectuais, enfatizando o uso do histórico como forma de crítica ao sistema político mexicano, então dominado pelo PRI.  
**Palavras-chave:** Transição democrática mexicana; Revistas culturais; Intelectuais.

### A Present's History: The Intellectual Discourse About the Past in *Nexos* and *Vuelta* in the Mexican Democratic Transition (1982-1992)

**Abstract:** This paper seeks to explore the discourses about the past in *Nexos* and *Vuelta*, the two largest cultural publications during the Mexican democratic transition, in the 1980s and 1990s. The intellectual groups gathered around these cultural magazines fostered discussions about their political present through historical themes and views on the Mexican past, which led to debates around the “official history” and the historiographic revision undertaken in Mexico in the last decades of the twentieth century. Taking intellectual history as a theoretical framework, the article analyzes texts by three renowned historians linked to those magazines: Héctor Aguilar Camín, Enrique Florescano and Enrique Krauze. Studying the relations between historical narratives and political projects in intellectual discourses, the paper emphasizes the use of history as a form of criticism of the Mexican political system, then dominated by the PRI.

**Keywords:** Mexican Democratic Transition; Cultural Magazines; Intellectuals.

---

<sup>1</sup> Doutorando na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e na Rice University, com a pesquisa intitulada “A construção do México pós-nacional: intelectuais, NAFTA e a questão da identidade nacional (1988-2000)”, bolsista da FAPESP. E-mail: [joseafsj@gmail.com](mailto:joseafsj@gmail.com)

**Artigo recebido em:** 30/06/2020

**Artigo aprovado para publicação em:** 06/09/2020

## **Introdução**

No México, o 16 de setembro é marcado por uma cerimônia na qual o presidente em exercício, desde a varanda do Palácio Nacional “reproduz” o Grito de Dolores, evento que, em 1810, marcou o início da guerra pela independência do país. No Zócalo, praça central na Cidade do México, milhares de pessoas se reúnem e celebram o dia da independência com gritos de viva a cada badalada do sino tocado pelo líder do executivo, entoando gritos patrióticos que exaltam personalidades, heróis nacionais, bandeiras políticas e momentos-chave da história mexicana. Em 2010, ano em que se celebrou o bicentenário da independência e o centenário da Revolução Mexicana, a sobreposição das comemorações gerou uma série de eventos e iniciativas, entre eles um programa televisivo auspiciado pelo governo federal mexicano que trataria de discutir, ao longo do ano, diversos períodos da história mexicana em rodadas de debate com especialistas mexicanos e estrangeiros.

Com esses exemplos breves, quero argumentar que o uso da história e do passado é parte fundamental da linguagem política mexicana: ao longo do século XX, governos do mesmo partido, o PRI (*Partido Revolucionario Institucional*), utilizaram discursos históricos de formas distintas para promover seus projetos, ressignificando narrativas e validando a história “oficial” de seu presente. Ao estudar as dimensões da história na política do México entre 1968 e 2012, o historiador Randall Sheppard (2016) descreve como os usos do passado superam as datas pátrias mexicanas e tornam-se um vocabulário de comunicação entre Estado e povo. De acordo com o autor, os símbolos históricos e nacionais ganham, ao longo do século XX, a função de estabelecer uma narrativa histórica compartilhada entre a esfera popular e o governo. Mais do que estabelecer uma versão oficial, a história promovida pelo Estado pós-revolucionário tinha um componente político importante de legitimação do regime priísta, bem como de defesa dos princípios sociais derivados da revolução. O recurso aos temas históricos não é exclusivo, claro, do

partido no poder. Lançando mão desses símbolos, em uma dinâmica de apropriação e ressignificação, a oposição política e os movimentos sociais exercerão sua crítica ao Estado mexicano e aos governos vigentes nos mesmos termos e valores construídos sobre uma lógica histórica de validação do presente. Tal linguagem de discursos históricos, ainda de acordo com Sheppard, é amplamente utilizada, inclusive, a partir dos anos 1980, para processar e concretizar transformações nas posturas e medidas oficiais que justificassem a reorientação ideológica pela qual passava o PRI (Sheppard, 2016, p. 249-260).

Levando em consideração esse contexto e a premência dos temas históricos na linguagem e no vocabulário políticos do México, o objetivo deste texto é explorar algumas discussões das quais participaram intelectuais mexicanos entre os anos 1980 e 1990. O foco está centrado sobre autores ligados às revistas *Nexos* e *Vuelta*, publicações de significativa expressão cultural no país que foram não apenas suporte dos debates aqui estudados, mas também serviram como espaços de interpretação do passado e do presente mexicanos, representando grupos e distintas perspectivas sobre a história e a conjuntura política do México no período.<sup>2</sup>

Inicialmente, o texto explora o contexto político e econômico nos anos 1980 e 1990, bem como a importância que as narrativas históricas cobram no período, envolvendo campo intelectual e político em um jogo de questionamentos e validações discursivas em meio a reformas e transformações sociais. Neste sentido, a análise se estende a elementos da obra dos historiadores Enrique Krauze (subdiretor de *Vuelta*), Héctor Aguilar Camín e Enrique Florescano (diretores de *Nexos*), abordando questões em torno de como a historiografia mexicana pautou posturas e argumentos sobre aquele presente e como historiadores viram na revisão do passado uma forma de atuação política. Por fim, analiso os debates em torno do novo texto de livros didáticos de história no ano

---

<sup>2</sup> As revistas culturais são fontes privilegiadas para a história intelectual da América Latina, representando justamente espaços de debates políticos a partir da esfera cultural. A criação e circulação dessas discussões – empreendidas por sujeitos que viam aí, em tais publicações, meios de intervenção em sua conjuntura – devem ser compreendidas em um contexto amplo de práticas vinculadas às disputas sociais de seu presente. Deste modo, as revistas culturais são entendidas como a consolidação de grupos intelectuais, e suas visões de mundo específicas, em projetos editoriais que superam as páginas impressas e interagem com a sociedade numa linguagem pautada pela atuação político-cultural. Cf. Crespo, 2011.

de 1992, que envolveu não só tais historiadores, mas também revelou as relações travadas com o poder político pelos grupos intelectuais de *Nexos* e *Vuelta* no período. Portanto, como argumento central, o trabalho enfoca o uso do passado no discurso intelectual e a capacidade dessas práticas discursivas de produzirem uma nova relação entre passado e presente.

### **Neoliberalismo e “modernização”**

O sistema político mexicano foi marcado, ao longo do século XX, pelo controle do Estado exercido de forma hegemônica pelo PRI. A Revolução Mexicana, iniciada em 1910 e consolidada com a Constituição de 1917, foi tomada como lastro histórico desse partido que configurou-se, desde os anos 1930, como representante dos interesses do povo e da nação. Porém, nos anos 1980, os modelos econômicos e políticos que orientavam a dominação priísta no cenário nacional passaram a demonstrar desgaste e esgotamento. Em 1982, a moratória da dívida externa revelou que a economia mexicana, nacional desenvolvimentista e baseada na exportação do petróleo, enfrentava sérias dificuldades face ao mercado externo. A resposta do governo de José López Portillo (1976-1982), em seu último ano de mandato, buscou na nacionalização do sistema bancário não só um alívio financeiro, mas também uma alavanca política baseada na exaltação da soberania e do nacionalismo mexicano (Sheppard, 2016, p. 73-96) Desde então, a economia mexicana foi sendo gradualmente pautada pelo neoliberalismo. Esse período das duas últimas décadas do século XX, a chamada globalização mexicana, ficou marcado pela crescente abertura econômica ao capital estrangeiro e pela adoção de medidas de austeridade, encolhimento dos programas sociais do Estado, privatizações, *etc* (Clavijo; Valdivieso, 2000).

O processo de liberalização econômica deu-se paralelamente a uma crescente contestação ao PRI e ao sistema político mexicano. Esta é, grosso modo, a chamada transição democrática no México, momento no qual a elite política em torno do PRI lidou com uma série de críticas à forma como consolidou-se e manteve-se no poder. Desde pelo menos 1977, o governo teve de promover legislações e medidas que ampliassem a

participação da oposição no Estado e garantissem eleições transparentes para responder às acusações de fraude nas urnas. Ao longo dos anos 1980 e 1990, fortaleceu-se a bandeira pela democracia e a pressão por dispositivos legais e reformas nas leis eleitorais que limitassem o controle do PRI sobre o Estado e sobre as eleições (Woldenberg, 2012).<sup>3</sup>

Nesse contexto de globalização, liberalização econômica e abertura política ocorreu a eleição de Carlos Salinas, que assume a presidência do México, em 1988, após uma disputa eleitoral acirrada e marcada por denúncias de fraude. O sexênio de Salinas caracteriza-se pelo aprofundamento das medidas neoliberais, pela negociação e implementação do NAFTA (*North American Free Trade Agreement*, ou Tratado Norte-Americano de Livre Comércio) e pelas reformas constitucionais que deveriam promover a “modernização” política e econômica no país. Afastando-se cada vez mais da imagem histórica construída pelo PRI de defesa dos princípios revolucionários, Salinas representava também um novo setor que crescia no partido desde o início dos anos 1980, composto majoritariamente por economistas formados ou inspirados pelas escolas de economia estadunidenses promotoras do neoliberalismo como política econômica para adaptar os mercados nacionais aos tempos de globalização. A ascensão dessas posições dentro do PRI já havia causado tensões e rupturas nos anos 1980, levando à dissidência de importantes nomes do partido que disputaram contra Salinas aquela eleição de 1988 e deram origem ao que se tornaria o PRD (*Partido de la Revolución Democrática*), partido de oposição ao PRI mais à esquerda no espectro político. O governo de Salinas, então, além de caracterizar-se pelo avanço das reformas neoliberais, aprofundou uma divisão interna no PRI ao fortalecer o setor tecnocrata ligado a concepções políticas e econômicas distintas do núcleo mais tradicional do partido. Aos poucos, o PRI vai perdendo o controle hegemônico sobre o Estado mexicano, sendo derrotado em eleições municipais e

---

<sup>3</sup> Tal contestação ao PRI está associada também à importância da Revolução Mexicana no discurso oficial do partido e do Estado mexicano. O descompasso entre os princípios sociais revolucionários e a atuação do partido criou, desde pelo menos 1968, com o Massacre de Tlatelolco, uma série de crises de legitimidade relacionadas à performance do governo e sua capacidade de resposta às necessidades da população em distintas conjunturas: a crise econômica de 1982 e o terremoto de 1985, por exemplo. Gawronski ressalta que as reformas neoliberais são apenas mais um fator de desgaste da legitimidade do PRI e que a atuação do governo em promover a democratização através de reformas políticas foi uma tentativa de manutenção do poder e do controle sobre o Estado. Cf. Gawronski, 2002.

estaduais ao longo dos anos 1990, em uma crise institucional que se arrastaria até sua primeira derrota em uma eleição presidencial, em 2000, da qual saiu vitorioso o candidato Vicente Fox, do PAN (*Partido Acción Nacional*), oposição ligada à direita conservadora e defensora da liberalização econômica irrestrita no país (Rodríguez Kuri, 2011; Camp, 2011; Babb, 2003).

Um dos projetos do governo Salinas, sob o mote da “modernização” e preparação do México para um contexto de crescente globalização, tratava de uma reforma educativa que atingia também os conteúdos ensinados nas escolas mexicanas por meio de um programa de produção e distribuição de livros didáticos gratuitos pelo governo federal. Em 1992, o anúncio dos novos livros de história gerou um inflamado debate na imprensa por conta das releituras e reinterpretações de personagens e períodos da história mexicana. Essas discussões marcam um ponto de inflexão significativo entre história e presente, passado e seus usos políticos, nesse contexto de “modernização” salinista conectando os projetos de globalização, neoliberalismo e revisão histórica imbuídos nas reformas capitaneadas pelo governo (Vargas Escobar, 2011, p. 498-499; Ornelas, 2009, p. 199-206). O debate fica ainda mais interessante quando observamos que os autores responsáveis pelos novos textos, Enrique Florescano e Héctor Aguilar Camín, são historiadores de renome, integrantes do campo intelectual mexicano e ligados a um circuito de publicações culturais nas quais os temas históricos são centrais na formulação de discursos sobre o presente.<sup>4</sup>

A imprensa e os intelectuais têm um papel de destaque na circulação e construção de discursos históricos junto à opinião pública. Mais especificamente, revistas

---

<sup>4</sup> Neste sentido, é importante destacar alguns elementos em torno da definição de “intelectual” que orienta esta análise. O trabalho de Carlos Altamirano e Jorge Myers indica características importantes para a compreensão da figura do intelectual na América Latina, como sua circulação em circuitos e espaços restritos que facilitam o reconhecimento dos pares e a delimitação de grupos específicos, seu caráter urbano e conectado a uma cultura impressa (Altamirano; Myers, 2008, p. 11-15). A obra de Roderic Ai Camp, especificamente sobre o caso mexicano, também é importante por definir elementos em torno da imagem histórica e contemporânea dos intelectuais, das estruturas da vida intelectual e da relação destes sujeitos com o sistema político no México (Camp, 1981, 1985a, 1985b). Carlos Illades também chama a atenção para a importância de se caracterizar o intelectual mexicano em sua relação com a esfera pública, buscando legitimar-se num debate amplo com a sociedade e com espaços coletivos mediados por campos de produção e recepção nos termos de Bourdieu (Illades, 2018, p. 19-39).

culturais e intelectuais consolidaram-se como mediadoras de opinião especializada entre as esferas cultural e política, uma forma de análise da conjuntura do país, de crítica ou defesa dos projetos e bandeiras políticas de cada contexto. Revistas como *Vuelta* e *Nexos*, ambas fundadas nos anos 1970, desfrutavam de um local privilegiado de expressão de intelectuais que participavam das discussões e acumulavam renome nacional como comentaristas das questões enfrentadas pelo país.<sup>5</sup> Enrique Krauze, Héctor Aguilar Camín e Enrique Florescano têm uma extensa produção historiográfica e textual que compreende, também, inúmeros artigos impressos nessas publicações. A forma como empregaram o passado, como usaram a história para formular seus discursos intelectuais, é reveladora de projetos e relações políticas que aquele contexto possibilitava.

O modo como tais autores conceberam seu ofício de historiadores e sua atuação na imprensa cultural tem relação direta com o modo em que atuavam como sujeitos políticos. Interpretações históricas foram o ponto de partida de suas ações discursivas conformadas em um contexto linguístico específico. Analisando como expressaram o que entendiam por história (passado e disciplina), quero argumentar que esses intelectuais definiram seu presente e traçaram futuros para o país, conectando todas essas temporalidades na lógica de suas visões e posições políticas no período da transição democrática e das reformas neoliberais no México.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> *Vuelta*, revista fundada por Octavio Paz em 1976, tem como característica a defesa do liberalismo e representou importante oposição ao PRI no campo cultural mexicano, usando a ideia de autonomia em relação ao poder político e crítica intelectual como forma de reivindicar independência e liberdade, fundamentos de sua concepção de democracia. Ao longo dos anos 1980 e 1990, a revista defendeu a importância do livre mercado e do Estado mínimo para a superação do regime priísta, sendo um destacado espaço de críticas às esquerdas não só mexicanas, mas àquelas ligadas à União Soviética e a Cuba. *Nexos*, publicação fundada em 1978 por Enrique Florescano, foi concebida sob a premissa de popularizar o conhecimento acadêmico em uma esfera pública mais ampla. Definiu-se ao longo destas décadas como social-democrata e buscou ser um contraponto às posições liberais de *Vuelta*, tornando-se uma importante concorrente da revista de Paz pela liderança no campo intelectual mexicano. Cf. Flores, 2010; Concheiro et al, 2018; Gallegos Cruz, 2018.

<sup>6</sup> Quando menciono um contexto linguístico específico, estou fazendo referência à metodologia da história intelectual inspirada pela obra de John G. A. Pocock e sua proposta de localizar e conectar as linguagens políticas com seus contextos históricos e sociais. Os discursos e o vocabulário político, composto por distintos argumentos, noções e conceitos, efetivam-se numa linguagem de referência mais ampla que possibilita a formulação, circulação, reprodução e apropriação de ideias, atribuindo-lhes sentido e alcance nos circuitos sociais e políticos envolvidos (Pocock, 2003, p. 65-74). O discurso intelectual mexicano é compreendido aqui como parte deste contexto de transição democrática e neoliberalismo no México, conectado e referenciado no político e cultural, e compartilhado pelos agentes intelectuais que tomam parte

## A história em revisão e o presente em construção

Ao entrar em contato com os artigos, notas, comentários, e outros diversos formatos textuais publicados nas revistas culturais naquele período, fica evidente que a história mexicana era uma instância central na explicação do presente e em projeções para o futuro elaboradas pelo discurso intelectual. Ou seja, o passado mexicano era recuperado e as distintas formas de se analisar a história impactavam a percepção construída sobre o contexto de crise e reforma dos anos 1980 e 1990. Em um texto de 2008, o antropólogo Claudio Lomnitz destacou que desde a crise da dívida externa, em 1982, a discussão intelectual junto à opinião pública mexicana foi cada vez mais pautada por referências à história do país. As explicações elaboradas pelos intelectuais para dar conta da crise e da resposta do governo buscaram no passado mexicano formas de explicação do presente, deixando de lado, muitas vezes, a relação com o contexto internacional ou latino-americano. Então, ao longo dessas últimas décadas do século XX, historiadores tornaram-se interlocutores privilegiados nas revistas e no debate público junto a outros atores políticos que também lançavam mão da história para discutir não só a crise econômica iniciada em 1982, mas também o contexto da globalização e das reformas neoliberais. Lomnitz atesta o apelo que a história concentrou no discurso intelectual destacando que, naquele momento, dois historiadores estiveram à frente das maiores e mais consumidas revistas culturais do México: Héctor Aguilar Camín dirigiu a revista *Nexos* entre 1983 e 1995 (previamente dirigida por Enrique Florescano desde sua fundação, em 1978), e Enrique Krauze foi subdiretor de *Vuelta* entre 1981 e 1996. Lomnitz destaca a preponderância da história, em suas múltiplas metodologias e acepções, como uma forma de explicar e criar apelo às demandas políticas do presente que eram expressas por estes intelectuais (Lomnitz, 2008).

A partir das disciplinas da Literatura e Teoria Cultural, Ignacio M. Sánchez Prado (2014), centrando-se na obra de Krauze, Aguilar Camín e Jorge Castañeda, chega

---

nesta dinâmica discursiva de discussões e debates nas revistas culturais. Sobre a história intelectual, para uma discussão mais ampla, outras propostas metodológicas, críticas e ressalvas, bem como uma análise de sua utilização para a história da América Latina, Cf. Myers, 2016.



a uma conclusão semelhante ao perceber a formação de um novo “regime de conhecimento intelectual” nesse período. Segundo o autor, a crescente crítica acadêmica, a popularização das mídias eletrônicas e ascensão da tecnocracia no governo contribuíram para um cenário de questionamento das narrativas unificadoras e épicas em torno Estado pós-revolucionário e do nacionalismo. Nesse cenário, intelectuais tradicionais, ligados à literatura como forma consagrada de expressão do nacional e da “mexicanidade”, vão perdendo espaço para autores que produzem explicações do presente mexicano ao apelarem cada vez mais para discursos históricos. Esse novo regime de conhecimento, segundo Sánchez Prado, transforma a história (e o histórico) em local discursivo privilegiado de intervenção dos intelectuais públicos no México. Também, como consequência dessas novas relações da *intelligentsia* com a sociedade e o poder, torna-se mais frequente e comum o fato de intelectuais adotarem e assumirem posições e filiações políticas mais explícitas (Sánchez Prado, 2014, p. 35-37).

O fortalecimento da história como uma das instâncias definidoras das leituras e interpretações produzidas pela intelectualidade mexicana está inserido também em um contexto mais amplo ligado à historiografia e à academia. As ciências sociais, que passavam por uma reformulação de métodos e redefinição de objetos desde os anos 1970 no México, eram um importante meio de intervenção dos estudiosos e intelectuais ligados às universidades na conjuntura de seu presente e nas políticas sociais do governo.<sup>7</sup> Na história acadêmica mexicana, mais especificamente, consolidou-se uma postura nas últimas décadas do século XX de revisão das produções históricas inseridas na chamada “história oficial”, entendida como uma narrativa produzida sob esforços de legitimação do estado pós-revolucionário priísta. Nos anos 1970, multiplicavam-se obras e teses acadêmicas sob a perspectiva de que a historiografia existente sobre a Revolução Mexicana estava pautada em interesses políticos de promoção e enaltecimento do regime do PRI. Lançando mão de outras práticas e metodologias, consultando novas fontes e

---

<sup>7</sup> Nesta questão, destaca-se o papel da antropologia na elaboração e posterior crítica das ideologias da mestiçagem e do indigenismo como políticas oficiais dos governos pós-revolucionários. Sobre a formulação da antropologia crítica, em suas diversas correntes, e a atuação dos cientistas sociais junto às políticas voltadas às populações indígenas Cf. Gil, 2012 e Araujo Pardo, 2012.

revisitando as já tradicionais, uma nova historiografia sobre a Revolução delineou-se com novas características, enfatizando a pluralidade dos movimentos que compuseram o processo revolucionário e descentralizando a narrativa usual ao promover uma leitura regional e local de distintos grupos e setores que atuaram no período (Salmerón Sanginés; Serrano Álvarez, 2003).<sup>8</sup>

Assim, nos anos 1970, o revisionismo consolidava-se como perspectiva de interpretação da história mexicana, não só da Revolução, mas de outros períodos, como o porfiriato ou a independência no século XIX. A tese de doutorado de Enrique Krauze faz parte desta historiografia revisionista. Publicada como livro originalmente em 1976, *Caudillos culturales en la Revolución Mexicana* focava-se em uma combinação entre história social e intelectual, com ênfase no estudo biográfico de intelectuais da chamada “geração de 1915” que, segundo Krauze, foram os mentores intelectuais do processo revolucionário. Buscando historicizar as ações dos intelectuais como sujeitos históricos e contextualizar suas ideias na conjuntura da Revolução, a tese de Krauze baseou-se em extensa documentação arquivística e pessoal dos biografados, ressaltando a importância de construir-se uma história que não heroiciza, apesar de ser biográfica (Matute, 2005, p. 137-140).

O foco em biografias tornou-se uma característica da produção historiográfica de Enrique Krauze. Os livros *Biografía del poder* (vários volumes, lançados em 1987), *Siglo de caudillos* (1994) e *La presidencia imperial* (1997) fazem parte de uma série de grande sucesso editorial na qual biografou os líderes políticos mexicanos desde 1810 até 1996. Sua interpretação ambiciosa da história mexicana desde a independência até seu presente, nos anos 1990, foi compilada no livro *Biography of Power: A History of Modern Mexico* (Krauze, 1997b) e revela uma interpretação histórica cujo intuito é o de tornar a

---

<sup>8</sup> Ao analisar a historiografia revisionista, o historiador Álvaro Matute identifica já nos anos 1950 os esforços de historiadores como Juan Hernández Luna e Manuel Moreno Sánchez, que buscaram historicizar a Revolução e criticar a interpretação oficial. Em 1960, no marco do cinquentenário da Revolução, o historiador Moisés Gonzáles Navarro afirmou, em um artigo publicado na revista *História Mexicana*, que o processo revolucionário já havia perdido sua significação de transformação política, então convertido em ideologia de sustentação e legitimação do Estado pós-revolucionário. Matute vê nestas iniciativas atos de intencionalidade política que superam a questão historiográfica e constroem uma forma de crítica ao sistema político mexicano dominado pelo PRI (Matute, 2005, p. 39-53).

democracia (ou a falta dela) a chave central para compreender-se o presente mexicano. As conclusões de Krauze com tal série biográfica apontam para a importância de se lutar por um regime democrático, o que libertaria o povo mexicano do autoritarismo, que Krauze considera uma constante nessa história nacional (Krauze, 1997b, p. 797-798). A sua ênfase em pensar a história mexicana pela questão da democracia fica explícita desde a primeira metade dos anos 1980 com uma série de artigos publicados em *Vuelta*, depois compilados no livro *Por una democracia sin adjetivos* (1986), que defendem uma concepção de democracia liberal, baseada na transparência eleitoral e na prestação de contas do governo para a sociedade civil.

Segundo explica Sánchez Prado (2014), a obra histórica de Krauze é construída sobre uma ideologia liberal que é, ao mesmo tempo, fundamento teórico de explicação do passado mexicano e de compreensão do presente de crise dos anos 1980 e 1990 no México. O liberalismo de Krauze, inspirado em teóricos como Karl Popper e Isaiah Berlin, torna-se uma ampla defesa dos ideais de democracia e liberdade como forma de criticar o autoritarismo do PRI e promover uma concepção de Estado mínimo (Sánchez Prado, 2014, p. 24-30).<sup>9</sup> O revisionismo no qual inseriu-se a formação e a obra desse autor, nos anos 1970 e 1980, traduziu-se em uma perspectiva de crítica à Revolução como instância de legitimação do autoritarismo do PRI, tendo se desenvolvido em uma interpretação liberal da democracia como solução dos problemas do presente mexicano.

Aguilar Camín e Florescano também são historiadores ligados à historiografia de revisão, mas suas carreiras como intelectuais os colocou à frente da revista “rival” de *Vuelta*, *Nexos*. O cientista político Gavin O’Toole esclarece que tanto Florescano quanto Aguilar Camín são nomes ligados à crítica do nacionalismo como discurso de sustentação ideológica do PRI. Florescano, que concluiu seu doutorado no fim dos anos 1960 com uma tese sobre a história colonial do México, destacou-se como membro e diretor do *Instituto Nacional de Antropología e Historia*, nos anos 1970 e 1980. Com uma extensa

---

<sup>9</sup> As concepções de Krauze sobre a história e sua visão sobre o liberalismo e democracia são desenvolvidos em vários textos publicados em *Vuelta*, principalmente em resenhas que o autor escreveu sobre outros livros de historiadores, e que não são citados aqui diretamente. A lista de referências ao fim do artigo traz uma seleção desses textos, que escapam também aos livros publicados por Krauze como forma de compilar seus ensaios.

produção, Florescano dedica-se principalmente ao período mesoamericano, mas também a revisões historiográficas e ensaios sobre a relação do México com seu passado, por exemplo: *Memória mexicana* (1987), *El nuevo pasado mexicano* (1991), *La historia y el historiador* (1997), *Historia de las historias de la nación mexicana* (2002), *La función social de la historia* (2012). O’Toole ressalta Florescano como um expoente na crítica histórica do nacionalismo, apontando sua análise que busca historicizar as ideologias nacionais e seus usos políticos. Ao defender o caráter de invenção da ideia do nacional e buscar a desnaturalização da identidade nacional mexicana, tais historiadores estavam defendendo a importância de se questionar o regime priísta a partir de suas ideologias legitimadoras (O’Toole, 2010, p. 138-141).

Do mesmo modo, Aguilar Camín, cuja tese de doutorado (publicada em 1977) destacou-se pela perspectiva regionalista ao questionar o tradicional enfoque nacional da historiografia sobre a Revolução Mexicana, também integra os esforços de crítica ao nacionalismo revolucionário. Diretor de *Nexos* no período aqui estudado (e, desde 2009, atual diretor da revista), Aguilar Camín representa a posição dominante na revista ao defender a importância da democratização e das reformas políticas e econômicas. O grupo *Nexos* se afasta da perspectiva democrática liberal defendida por Krauze e *Vuelta* ao enfatizar a importância do Estado e das instituições públicas como reguladoras e agentes do desenvolvimento no país. Em *Después del milagro* (1989), ao analisar os contextos político e econômico da transição mexicana, longe de defender uma política intervencionista, Aguilar Camín populariza uma proposta que tem na social democracia a fórmula para promover um desenvolvimento homogêneo, capaz de combater a desigualdade e injustiça características da sociedade mexicana, a partir da atuação do Estado. Mesmo seus romances históricos *Morir en el golfo* (1985) e *La guerra de Galio* (1990) reivindicam a crise do nacionalismo revolucionário do PRI e a exaustão do modelo econômico estatista como justificativa da necessidade por reformas estruturais. Seus argumentos lançam mão de discursos neoliberais como a eficiência ou a importância das políticas privatizadoras, mas buscam uma forma de combinar Estado e sociedade civil em um projeto de “modernização” que incorpore a globalização no desenvolvimento social

do país, sem que isso resulte em apelos a um Estado mínimo (Sánchez Prado, 2014, p. 19-24).<sup>10</sup>

As interpretações que esses autores produziram sobre a situação mexicana nos anos 1980 e 1990 estão portanto relacionadas a um contexto específico de revisionismo acadêmico motivado pela abordagem da história do século XX no âmbito das ciências sociais. A importância de localizar suas obras nas novas interpretações em torno da Revolução e do nacionalismo mexicano explica-se pela conexão que estabeleceram entre a necessidade de se redefinir o histórico, por um lado, e a interpretação do presente, por outro, vivido sob o regime priísta em um processo de transição política. Desse modo, quero argumentar que a atuação intelectual de Krauze, Aguilar Camín e Florescano estava atrelada às concepções políticas de seu presente e suas perspectivas sobre a história do México. Nos itens a seguir, busco analisar alguns ensaios e textos publicados por esses intelectuais em *Vuelta* e *Nexos* como forma de explorar as leituras que fizeram sobre o passado e os discursos históricos que empregaram para explicar o presente como atores inseridos nas dinâmicas políticas de sua conjuntura.

### **Krauze e a história liberal: democracia no passado, uma tarefa do presente**

A democracia é o tema mais recorrente na obra de Krauze e, por isso, um conceito privilegiado para analisar sua ação como intelectual e historiador. Em 1992, Krauze lançou *Textos heréticos*, uma compilação de artigos publicados entre o fim dos anos 1980 e início dos 1990 na imprensa mexicana que abordam as questões da política e do contexto mexicano e latino-americano. O argumento geral do livro é o de reunir os textos do autor

---

<sup>10</sup> A resenha escrita por Krauze sobre o livro *Después del milagro* (publicada em *Vuelta*, n. 146, em janeiro de 1989, p. 38-41) é muito significativa sobre as diferenças e semelhanças do pensamento político dos dois historiadores, dos grupos intelectuais e das revistas das quais faziam parte. Krauze aprova as críticas ao regime priísta e ao sistema político mexicano, mas o argumento da resenha gira em torno à sua discordância das expectativas de Aguilar Camín quanto à função central do Estado e suas instituições no desenvolvimento econômico do país: “La fórmula me convence menos como diagnóstico del país que como reflejo de las convicciones que se disputan, honesta y apasionadamente, el alma de mi amigo Héctor Aguilar Camín” (Krauze, 1989, p. 41).

que causaram polêmicas com outros grupos intelectuais mexicanos e pelos quais Krauze ficou conhecido como intelectual conservador ao atacar a esquerda, o PRI, o marxismo, o nacionalismo, a Revolução Cubana, enfim, qualquer tema ligado ao compromisso social da intelectualidade. Com um tom irônico, o autor reforça que sua atividade intelectual “herética” é um atentado aos “dogmas” que prendem o México e a América Latina a um presente de autoritarismo e de resistência à modernidade (Krauze, 1992a). Na contracapa do livro lê-se:

Este libro está inspirado en la crítica liberal que ha recorrido el pensamiento mexicano desde el siglo XIX. Es una crítica, un llamado, un desafío, una provocación contra la herencia clerical, estatista, conservadora, revolucionaria-institucional y filomarxista que sobrevive, anacrónicamente, entre nosotros. Es un acto consciente, impenitente y gozoso de herejía, pero de una herejía sin heroísmo: los valores que propone son, para fortuna nuestra, los del mundo y los del país (Krauze, 1992a).

Tal definição do livro é significativa porque, além de colocar sua obra contra uma série de categorias entendidas como anacrônicas, filia Krauze a um pensamento liberal supostamente contínuo desde o século XIX, não só no México, mas no mundo. O texto, que pretende convencer o leitor a comprar o livro, compõe a imagem de Krauze como o intelectual sem receio de criticar, o “herege” destemido que ataca os problemas institucionalizados no país. Ao criar essa polarização, de um herói liberal (ainda que “sem heroísmo”) contra o sistema, a contracapa já resumia uma operação discursiva recorrente nos textos de Krauze: a criação de polos irreconciliáveis, pares de oposição que supostamente revelam e explicam a realidade mexicana, no passado e no presente, a seus leitores. Esse jogo discursivo é parte essencial não só de sua argumentação, mas de sua concepção sobre história e, como quero argumentar, de sua atuação política como intelectual e historiador.

A forma dualizadora de entender e explicar a realidade está construída em vários de seus textos. No artigo “*Hacia un tratado de libre comercio*” (Krauze, 1992a, p. 149-151), o autor afirma que “*En el horizonte de México hay dos futuros posibles, diametralmente opuestos: en el año 2000 tenderemos hacia España...o hacia Perú*” (Krauze, 1992a, p. 149). Ao longo do texto, fica explicado o porquê de se falar em dois

futuros “diametralmente opostos”: referindo-se ao contexto político dos dois países naquele período, a Espanha é vista como exemplo de modernidade global, o Peru de resistência à modernização; a Espanha representa o primeiro mundo democrático, o Peru é o terceiro mundo estatista. A única solução para o México proposta por Krauze é um tratado de livre comércio “com os gringos” (uma de suas “heresias”), pois só um mercado liberalizado seria capaz de concretizar a modernização econômica mexicana e desencadear a modernização política (Krauze, 1992a, p. 151). Nesse contexto de negociação do NAFTA, os futuros que Krauze divisa para o México representam uma opção entre modernidade e não-modernidade. O autor não vê outra possibilidade de modernidade a não ser a global e neoliberal; outras opções são descartadas como apego ao passado, ao arcaico, populista, estatista, latino-americano, ou seja, a tudo aquilo que ele identifica como problema de seu presente.

Em outro ensaio desse livro, “*A la integración, por la democracia*” (Krauze, 1992a, p. 167-170), o autor comenta sobre as possibilidades de integração da América Latina em torno da luta pela democracia, elogiando as experiências de países do continente que estariam deixando para trás os quatro “ismos” que, segundo Krauze, são características inerentes à realidade política latino-americana: populismo, militarismo, estatismo e ideologismo. O texto ataca Fidel Castro como obstáculo à integração dos países do continente devido à sua insistência no marxismo, sendo Cuba o exemplo perfeito daqueles quatro problemas apontados. Nos argumentos do autor surge a proposta de promover a liderança do México de Salinas para a integração latino-americana, o México “modernizado” pelas reformas neoliberais. Krauze insiste em criticar o estatismo como forma de intervenção na economia que impede a modernização completa dos países. Chama atenção, também, a relação que o autor faz entre democracia e liberdade. Ao argumentar sobre o que é necessário para uma integração latino-americana efetiva, Krauze escreve:

[...] Serán necesarios miles de actos positivos, anónimos, silenciosos, proferidos *libremente* por los hombres *libres* en Latinoamérica. Y estos actos y estos hombres sólo pueden darse en la democracia. [...] A pesar de los excesos de la Conquista, España y Portugal dejaron una tradición de *libertad* natural [...] (Krauze, 1992a, p. 169, *italico meu*).

Usando “liberdade” como sinônimo de democracia, o autor reforça a composição dos pares excludentes a partir da oposição entre democracia e modernidade econômica, por um lado, e autoritarismo e estatismo, por outro, negativamente qualquer política de intervenção estatal na economia como oposta à liberdade. Krauze cria, então, a ideia de América Latina como uma categoria de explicação dupla: a América Latina em luta pela “liberdade da democracia”/a América Latina arraigada nos “ismos”; Salinas, o moderno/Fidel, o marxista.

Esse tipo de argumentação tem uma função específica nos textos de Krauze. Reduzindo as discussões a conceitos opostos, o autor fecha a compreensão em duas possibilidades, negativamente qualquer oposição a seu ponto de vista. Essa operação discursiva de Krauze resume as discussões em definições monolíticas e excludentes, impedindo ao leitor a possibilidade de entender os conceitos do debate em termos mais sofisticados. Mais reveladores ainda de tal estratégia discursiva de simplificação do debate em polos irreconciliáveis é a definição de Krauze em torno do par realidade/falsidade, ou simplesmente verdade/mentira. Nos ensaios de *Textos heréticos* dedicados a atacar a esquerda mexicana, “Falsos profetas” (Krauze, 1992a, p. 111-114) e “*El Titanic de la izquierda*” (Krauze, 1992a, p. 115-118), o autor pauta seus argumentos na ideia de que os partidos e intelectuais ligados à esquerda ocultam e falsificam a realidade mexicana. O fato de existirem socialistas depois da queda do muro de Berlim, em 1989, é entendida por Krauze como uma opção por negar a realidade:

[...] los datos incómodos de la realidad se bloquean, difuminan y relativizan frente a una ‘realidad ideal’ cuyo cumplimiento se difiere siempre y, por lo tanto, no puede desmentirse. [...] la simple y llana ignorancia, la falta de información sobre lo que *verdaderamente* ocurrió en los países del socialismo real a partir de 1917 (Krauze, 1992a, p. 112, *itálico meu*).

Referindo-se por “falsos profetas” principalmente aos políticos do PRD, a esquerda mais identificada com os ideais revolucionários e que abalou a legitimidade do PRI nas eleições de 1988, o autor pergunta-se quais evidências mais deveriam ser expostas para desmascará-los e revelar suas “verdadeiras” filiações políticas:



Cualquiera que sean los motivos de su resistencia a la verdad, la crítica a nuestros falsos profetas nos compete directamente por varias razones. Dominan la escena académica y, en buena medida, la periodística e intelectual de México. Turbiamente representan a un dios que falló arrastrando en su fracaso a millones de seres humanos y privando a varias generaciones de los más elementales instrumentos materiales y espirituales de sobrevivencia digna e independiente. Nos compete también porque en México se han vestido con la piel de cordero de la democracia. Súbitamente, sin previa aclaración de sus silencios ante el totalitarismo, sin previa expiación de sus dogmas autoritarios, han adoptado las *creencias* políticas del liberalismo. Ahora hablan dulce y conmovedoramente de los valores que toda su vida combatieron – pluralidad, tolerancia, libertad individual y derechos cívicos –, pero no se sienten obligados a confrontar el modo en que sus profecías históricas y sus creencias económicas impusieron sobre la mitad de la humanidad las realidades contrarias: uniformidad, intolerancia, servidumbre, opresión, oscuridad y miseria (Krauze, 1992a, p. 113-114).

O trecho aqui destacado é significativo em uma sequência discursiva que constrói outro daqueles pares opostos e excludentes: a) Krauze caracteriza a esquerda como resistente à verdade, que oculta um projeto falido e que está apropriando-se da ideia de democracia contra a qual sempre teria lutado; b) no processo de caracterização da esquerda, Krauze está também definindo o oposto desses “falsos profetas”, um grupo indefinido, mas no qual ele se insere ao afirmar que a denúncia da esquerda “nos compete”; c) usando outros conceitos, o autor elabora ainda mais a dualidade opondo miséria, autoritarismo, intolerância, servidão, opressão *etc.*, a pluralidade, tolerância, liberdade individual e direitos cívicos; d) em um jogo de espelhos, a profusão de termos, conceitos e significados colapsa novamente em uma dualidade: uma democracia falsa e uma democracia verdadeira. Krauze recorre mais uma vez a um discurso dualizador que simplifica o complexo, nega o sofisticado, reduz o criticado a qualidades negativas que ninguém ousaria identificar-se, muito menos defender: mentira, opressão, miséria.

A crítica de Krauze à esquerda mexicana é significativa não só por defini-la como fruto da ignorância ou manipulação ideológica, a ser combatida com “evidências” e com a “verdade”, mas também por reduzi-la a um “Titanic [...] *que se hunde en un mar de ismos ideológicos que lo apartan, que lo han apartado siempre, de la tierra firme que pisa el resto de los mexicanos*” (Krauze, 1992a, p. 118). A metáfora do navio em naufrágio e uma população em terra firme reforça mais a ideia de isolamento da esquerda que a falência de seus “ismos”. O filósofo mexicano Luis Salazar Carrión, ao analisar tais

discursos de Krauze, ressalta como essa visão de uma esquerda sem relevância política reduz uma série de partidos e movimentos a um grupo que se quer caracterizar como insignificante. A esquerda do PRD é representativa e tem peso eleitoral porque deriva do próprio PRI e conta com uma série de alianças de outros partidos de menor expressão política. Contudo, ao longo da consolidação do Estado pós-revolucionário, o isolamento de organismos ligados à esquerda independente do PRI deu-se por meio de repressão, perseguição e apagamento simbólico, bem como não lhes foi permitido espaço político no sistema priísta de afirmação hegemônica e corporativista nos sindicatos e outros setores ligados às classes trabalhadoras. O autoritarismo do PRI direcionado ao sufocamento da esquerda parece ser, convenientemente, relevado pela crítica liberal de Krauze (Salazar Carrión, 2012, p. 161-162).

Salazar Carrión também tece várias críticas interessantes quanto à posição de Krauze em relação à democracia. Uma delas enfatiza que a afirmação da “democracia sem adjetivos” não passa de formulação simplificadora também da democracia como conceito. Nos anos 1980 e 1990, uma incipiente discussão em torno dos distintos “adjetivos” da democracia movimentou as revistas e a imprensa mexicana. Diversos intelectuais debatiam as possibilidades de um regime democrático que considerasse os problemas da sociedade mexicana, insistindo no papel das instituições e movimentos populares para criar-se uma democracia como forma de promoção da justiça social. A democracia, em suas múltiplas acepções, torna-se adjetivada justamente porque a sociedade é desigual e, ao contrário do que espera a democracia (“liberal” pois, apesar de negar, este é o adjetivo que se quer defender) de Krauze, transparência eleitoral não garante igualdade nem participação política uniforme (Salazar Carrión, 2012, p. 163-166).

A crítica à relação de Krauze com a ideia de democracia atinge também sua concepção da história do México, sistematizada e exposta em suas biografias presidenciais publicadas entre 1987 e 1997. Em maio de 1988, a revista *Vuelta* publicou uma resenha de Alan Knight, historiador britânico ligado à historiografia de revisão da Revolução Mexicana, sobre a obra *Biografía del poder*, na qual Krauze se dedica a

analisar as biografias dos presidentes mexicanos no porfiriato e no período revolucionário, entre 1876 e 1940. Knight é elogioso quanto à possibilidade, aberta pela narrativa de Krauze, de a história superar os círculos acadêmicos e circular entre um público não especialista. O autor não rechaça o argumento central da obra (a premissa de se estudar a biografia e detalhes da vida pessoal dos líderes políticos para explicar os rumos que a história do México toma), mas também não se mostra convencido por algumas análises e perfis psicológicos traçados em torno dos líderes como forma de justificar suas decisões políticas. No entanto, a principal crítica de Knight foca justamente no argumento liberal de Krauze para defender a “democracia sem adjetivos” no curto governo de Francisco I. Madero (1911-1913). A busca de Krauze por construir a história do México como uma história de ataque à democracia esconde, segundo Knight, uma definição de democracia burguesa como conceito atemporal, que não considera a democracia como resultado de processos sociais e políticos concretos. Knight, buscando contextualizar a administração de Madero e destacar a ação de outros atores históricos naquela conjuntura, afirma:

“Mientras prevalezcan las desigualdades sociales extremas y la heterogeneidad cultural, la democracia liberal (sic) resultará probablemente un fracaso o una ficción. La sociedad tiene que transformarse, la nación tiene que forjarse antes de que pueda consolidarse semejante régimen. Creer lo contrario, podríamos decir, es aventurismo burgués: valeroso, de altas miras, pero *ahistórico*” (Knight, 1988, p. 44, *itálico meu*).

De acordo com Knight, o exercício intelectual de Krauze como historiador constrói-se sob uma perspectiva que é “ahistórica” porque nega a história como um processo de transformação que envolve distintos grupos e interesses em uma complexa trama de permanências e rupturas. O autor termina por perguntar-se quais as possibilidades de uma democracia de fato ter se desenvolvido naquele momento, mesmo que fosse uma democracia formal e eleitoral, no formato da democracia liberal de Krauze: os eleitores provavelmente tornariam-se “capital político”, manipulados por interesses políticos ligados aos grupos no poder. Knight também ressalta a importância da discussão sobre a democracia em termos de prioridades e distintas definições (“liberal,

representativa, direta, participativa etc.”), justamente porque é um regime que não se aplica em condições ideais de igualdade plena (Knight, 1988, p. 44-45).

Em suma, a concepção sobre a história (passado e disciplina) de Krauze tem relação direta com sua forma de entender o presente, bem como de projetar o futuro do país. Entendendo o passado mexicano como um processo de forças históricas que tentaram continuamente sufocar a democracia, Krauze definiu a crise de seu presente não só como uma crise econômica, mas como uma crise do sistema político do PRI, uma crise do autoritarismo que já não consegue conter as forças democráticas que ganham espaço no processo de democratização. Eu insisto em estabelecer a dupla acepção de história como passado e como disciplina justamente porque tal concepção do passado de Krauze está relacionada à sua forma de compreender o papel e a função da história como disciplina e forma de ação intelectual na política. Para Krauze, denunciar a esquerda, revelar as “verdadeiras ideologias” por trás do PRD, faz parte da mesma ação intelectual de luta pela democracia ao revisar a história do México e desvelar o “verdadeiro passado” ocultado pela historiografia pós-revolucionária. Sua prática como historiador é indissociável de sua prática como ator político, apesar de Krauze não perceber seu liberalismo como uma posição política dentre tantas outras, ou compreender sua tese histórica como um discurso entre outros. De fato, suas concepções mostram a vontade de substituir uma “verdade falsificada” por uma “verdade sem adjetivos”, um discurso que se pretende verdadeiro sobre o passado e sobre o presente, sobre a história e sobre a política. Krauze, claro, não estava sozinho nessa perspectiva. Em 1992, uma reforma do currículo e dos livros didáticos revela justamente esse entrelaçamento entre projeto político e projeto histórico.

## **Livros de história e o futuro do México: Krauze, Aguilar Camín e Florescano**

Claudio Lomnitz, ao comentar a obra *Biography of Power* (Krauze 1997b), que reúne as biografias dos presidentes de todo o período entre 1810 e 1996, soma-se aos críticos de Krauze apontando que, ao colocar a noção de democracia como um princípio

norteador, o historiador mexicano força uma leitura teleológica do passado mexicano para legitimar em seu presente uma luta específica pela democratização e a oposição ao PRI. Segundo Lomnitz, esse tipo de abordagem histórica está inserida em um contexto mais amplo de privatização da cultura e da ciência no México, resultado das políticas neoliberais ligadas à produtividade acadêmica e à atuação da iniciativa privada no mercado editorial, criando um mercado de produtos intelectuais mas, principalmente, concentrando tal produção em pequenos grupos intelectuais próximos ao poder político e econômico.<sup>11</sup> Enfatizando que a obra de Krauze é parte dessas “fábricas particulares de história”, Lomnitz propõe entender sua interpretação histórica em um conjunto de obras e historiadores que demonstram os efeitos que o poder teve na produção intelectual de parte da *intelligentsia* mexicana (Lomnitz, 1998, p. 1053-1058; Lomnitz, 2008, p. 44-46). Por isso, quando Lomnitz propõe o estudo dos pequenos grupos privados que concentraram poder intelectual nesse contexto, ele não está referindo-se apenas ao grupo em torno de *Vuelta*. Os intelectuais em torno de *Nexos* também foram capazes de construir relações efetivas com o poder político e econômico, principalmente durante o governo de Carlos Salinas (Lomnitz, 1998, p. 1064).

Enrique Florescano e Héctor Aguilar Camín assumem a dianteira em um projeto da administração de Salinas de revisão e reforma dos livros didáticos de história, em 1992.<sup>12</sup> Matute (2004, p. 338-341) destaca que o texto final apresentava profundas

---

<sup>11</sup> Cecilia Greaves (1997) descreve como a crise econômica dos anos 1980 impactou seriamente o mercado editorial mexicano e as políticas de promoção da leitura e educação da Secretaría de Educación Pública (SEP), dificultando o acesso da população às produções culturais e intelectuais no período. Além disso, as soluções políticas para esta crise e as medidas de austeridade adotadas desde o sexênio de Miguel de la Madrid (1982-1986) favoreceram um cenário em que o governo diminuiu gradualmente o incentivo e financiamento das atividades culturais, abrindo espaço para empresas privadas crescerem no setor. Com a chegada de Salinas ao poder, o projeto de “modernização” nos moldes neoliberais aprofundou-se na educação e na cultura, com a agenda da reforma educativa (Rousseau, 2001, p. 301-303). Caballero Escorcia (2020) ressalta que essa retração do Estado e a privatização no campo cultural não significaram, no entanto, que o poder político deixou de ser uma instância importante de legitimação e validação do campo intelectual. O autor sustenta o argumento de Lomnitz de que os efeitos do neoliberalismo na cultura e na vida intelectual estão relacionados a uma reconfiguração da relação entre Estado e intelectuais, o que permite ao governo focar seus recursos em grupos específicos. Para uma discussão sobre o impacto das políticas neoliberais nas instituições de formação, nas práticas de pesquisa e na carreira dos historiadores mexicanos, Cf. Matute, 2004.

<sup>12</sup> A relação entre políticas de educação e concepções sobre a história é tema do trabalho de Gabriela Pellegrino Soares. A autora defende que políticas educacionais para o mercado editorial, para além da

releituras do porfiriato, atenuando a interpretação oficial do período como uma ditadura; os livros também reduziam o tom patriótico e nacionalista em torno de personagens históricos e detiam-se bastante na descrição do processo da democratização, ressaltando a importância do movimento estudantil de 1968 e da repressão militar no episódio do massacre de Tlatelolco. Matute atribui a polêmica em torno aos livros didáticos ao fato de que novas interpretações do passado mexicano, ali transpostas ao ensino escolar, vilanizavam o PRI e foram rechaçadas por apego à história tradicional: “*El resultado no fue otro sino el que los libros de texto no entraran en vigor. Se dio preferencia a la historia tradicional, a la intocabilidad de los mitos, a las interpretaciones manidas*” (Matute, 2004, p. 340). Se considerarmos os projetos do governo Salinas – entendendo-o como uma ruptura com o PRI historicamente referenciado na Revolução Mexicana – e a relação específica entre passado e política nesse contexto da transição democrática, percebemos que a explicação de Matute para a polêmica simplifica um cenário mais complexo.

É importante estabelecer aqui uma distinção entre a historiografia revisionista, na qual formaram-se Krauze, Florescano e Aguilar Camín nos anos 1960 e 1970, e a história popularizada pelo que Lomnitz denominou “fábricas particulares da história”, nos anos 1980 e 1990, que não passava necessariamente pelo processo acadêmico de avaliação científica. Na verdade, esses historiadores ficaram famosos justamente por defenderem que a história acadêmica produzia um discurso histórico sem utilidade para o público amplo mexicano, e propunham uma leitura histórica “politizada”, no sentido de ser capaz de expressar os interesses do presente e da sociedade como um todo (Florescano, 2003, p. 38-62). Como destacam as análises sobre as obras desses intelectuais, tal apropriação

---

formação de leitores, permitem construir um discurso em torno do passado, das heranças e dos modos de compreender e representar a nação. Soares aprofunda seu argumento ao afirmar que o letramento, englobando práticas de escrita e leitura, foi determinante para a participação de comunidades indígenas na política e sociedade mexicanas do século XIX e para a circulação de repertórios culturais em sua construção de estratégias na dinâmica da política colonial e nacional naquele século. Cf. Soares, 2007 e 2010. Debates mais detidos sobre os conteúdos dos livros de história em comparação com as versões anteriores, o contexto das reformas educacionais do período e do programa de livros didáticos gratuitos, bem como a relação com as políticas do governo Salinas e com as mudanças ideológicas que se processavam no interior do PRI, podem ser encontrados em Gilbert, 1997, Vargas Escobar, 2011 e Ornelas, 2016.

dos “verdadeiros sentimentos” da nação os tornava porta-vozes de uma sociedade idealizada, usada para criar convencimento e criar apelo às suas próprias posições políticas, projetando-as no “coletivo” da população (Lomnitz, 2008, p. 52-53; Salazar Carrión, 2012, p. 159). É essa perspectiva de revisão da história, colocando-se como projeto político de desvelar o “verdadeiro” passado mexicano, que serve de base à revisão dos livros didáticos de 1992.

Em outubro daquele ano, foram publicados artigos em *Nexos* e *Vuelta* que reverberavam a polêmica que já tomava a imprensa diária desde agosto pelo menos. Na edição número 178 de *Nexos*, Florescano publicou um artigo intitulado “*El historiador y la crítica*”, no qual buscou rebater as críticas que ele considerou mais comuns aos livros. O autor defende que, na verdade, a polêmica estaria acontecendo por motivos políticos alheios aos livros e seus conteúdos e que muitas das críticas eram feitas por pessoas que não leram os textos e que reproduziam um “livro imaginado” pelos seus detratores. Uma crítica que incomodou Florescano é a que argumenta que a história contada pelos livros serve de justificativa e legitimação do governo Salinas, ao que o autor rebate:

En primer lugar, no puede hablarse de justificación del régimen actual a través de los libros de historia por la razón elemental de que esos libros dedican menos de dos páginas a los acontecimientos ocurridos entre 1988 y 1992, y un solo párrafo a algunas medidas del actual gobierno. Salvo este párrafo, el enfoque que se le da al periodo que va de 1968 a 1992, lejos de ser “oficial”, “apológico” o “laudatorio”, recoge la crítica que desde el movimiento estudiantil de 1968 hizo una parte de la sociedad a las medidas del gobierno. Como lo han señalado otros lectores de los libros, por primera vez se tratan en ellos temas antes excluidos, como el desasosiego de las clases medias y su persistente demanda de democratización, la crisis de 1968, la crítica creciente al “Milagro mexicano”, la reforma política y la crisis económica de 1982. En todo caso, como no es fácil evaluar con objetividad el pasado reciente, quizá lo más sensato es que los próximos libros de historia excluyan la consideración del sexenio durante el cual se elaboran y publican. Esta norma evitaría que, como ha ocurrido con los libros actuales, los textos fueran descalificados por las interpretaciones que se les dan a los datos del presente (Florescano, 1992, p. 2).<sup>13</sup>

É interessante notar como é simplista a proposta do autor de resolver a questão da objetividade da análise histórica do passado recente ao excluir dos livros o período

---

<sup>13</sup> Os textos da revista *Nexos* foram acessados em sua hemeroteca digital e não têm a paginação original da revista impressa. O número indicado nas citações, nestes casos, refere-se à página do arquivo .PDF gerado no site <http://www.nexos.com.mx>.

político de sua elaboração, como se análises de passados “mais distantes do presente” fossem automaticamente mais objetivas e livres de interesses políticos. Outra crítica que Florescano quer contestar é a que aponta que a história dos livros tem o Estado como principal ator. O autor retoma cada período da história mexicana abordada nos livros e comenta como em cada parte buscou-se evitar uma história feita da perspectiva do Estado, ressaltando a ação de movimentos sociais e atores da sociedade civil (Florescano, 1992, p. 3-5).

Por fim, outro elemento que surge em sua defesa dos livros é a questão de que os textos foram escritos por historiadores profissionais alinhados às novas tendências da historiografia recente:

Desde la creación de los libros de texto gratuitos se ha mantenido la sana política de invitar a profesionales de la historia para su elaboración. Esta decisión es la responsable de una mejoría progresiva en el contenido de los libros y de un deslinde claro con respecto a la “historia de bronce” o la llanamente apologética. [...] No hay en ellos mitología de los héroes, ni explicación del desarrollo histórico a través de hombres providenciales o fuerzas mecánicas, sino *explicación* de los procesos colectivos e individuales, *actualización* de la historia antigua, *revaloración* de la época colonial y del Porfiriato, y *consideración* de la historia contemporánea a partir de los nuevos conocimientos producidos por la investigación reciente. [...] Pero su carácter de exposición fundamentada en hechos verificables la somete a las reglas de la prueba y el error propias del conocimiento científico, bajo la condición de realizar este ejercicio mediante la crítica razonada. (Florescano, 1992, p. 2, itálico meu).

Chama a atenção o argumento de Florescano sistematizado em ações discursivas: explicação, atualização, reavaliação, consideração. No entanto, o argumento da história profissional e científica, “fundada em fatos verificáveis”, não aceita a ideia do discurso histórico como narrativa. Florescano insiste na afirmação de que as críticas aos livros são resistências a uma história que desconstrói a história oficial e apologética. O autor não aceita que sua versão da história é também uma construção, uma versão, afinal de contas. A própria defesa de Florescano ao afirmar que os livros não buscam justificar o governo Salinas porque mal dedicam duas páginas ao período de seu mandato revela também essa perspectiva. Florescano, como historiador, sabe que para legitimar um governo não é necessário dedicar-lhe páginas nos livros de história. Ao construir uma história do século XX no México que aponta as políticas estatistas e as intervenções na



economia como causas da crise dos anos 1980, o livro está positivando o discurso do Estado mínimo neoliberal e as reformas econômicas dos últimos governos do PRI, ao passo que negativa os governos revolucionários e as políticas de protecionismo e barreiras ao investimento estrangeiro praticadas até a década de 1970 (Vargas Escobar, 2011, p. 512-517). Assim, se não faz apologia à Salinas nominalmente, o discurso dos livros valida todo o projeto neoliberal que ele representa. O argumento da ciência promove ao *status* de “verdade” o que seria uma interpretação política da história, construindo-a como uma perspectiva apolítica, e cujas contestações e críticas são tentativas de politização de uma história que desagrada porque é “verdadeira”.

Apesar desse artigo trazer um discurso em torno da história como prática de buscar e revelar verdades, disfarçada de desideologização de um passado manipulado pelo nacionalismo revolucionário, a obra historiográfica de Florescano é muito mais sofisticada quanto aos usos do passado e compreende a história como narrativa em uma dinâmica de resposta ao presente do historiador, inserida nos interesses de cada época. Em seus livros sobre a historiografia mexicana, citados anteriormente, o autor preocupa-se em problematizar a história como disciplina do presente, suas relações com o poder e com as instituições de formação da carreira do historiador.

Por que, então, uma perspectiva simplificadora da função do historiador no contexto da discussão dos livros didáticos da administração de Salinas? Uma possibilidade de resposta é o fato de que tratava-se de uma discussão política e, como forma de convencimento, o argumento da ciência histórica é simples e explica para o público leigo a importância da evidência e da crítica dos documentos. Outra alternativa é considerar que o público das revistas culturais é distinto do público-alvo de seus ensaios historiográficos, que não necessariamente é composto por historiadores profissionais. Porém, tais textos estão em um âmbito específico (livros) para discutir história, enquanto as revistas são sempre mais amplas e preocupadas com toda sorte de temas culturais e da conjuntura política e social do país. Em comum às duas tentativas de resposta surge a especificidade material da revista cultural como suporte do discurso e da prática

intelectual. A historiadora Regina Crespo dedica-se a explicar como a materialidade permite uma configuração distintiva entre livros e revistas:

As revistas perdem sua atualidade e não podem conquistar a autoridade atemporal plasmada nos livros porque se associam justamente ao imediato e ao transitório. Tal circunstância, a princípio desfavorável, oferece-lhes, em contrapartida, a possibilidade de estabelecer um compromisso muito maior com a sua própria conjuntura política, social e cultural e, de certo modo, de interferir sobre ela. O tema das revistas é o seu presente (Crespo, 2011, p. 99).

Fica evidente como a revista torna-se uma plataforma para atuação política e intervenção no presente muito mais poderosa que o livro. O potencial político da esfera pública acessada pelas revistas tem efeitos, então, sobre o discurso histórico. A prática intelectual como ação política requer uma circulação mais ampla e mais imediata, uma transitoriedade que os livros não precisam contemplar. Florescano, ao usar dessa materialidade para adaptar seus discursos e argumentos conforme a especificidade que cada um dos suportes lhe oferece, revela-se partícipe de uma discussão e uma intencionalidade política. Sua prática intelectual é politizada e, por mais que insista no contrário, revela que a história que se quer defender como científica-apolítica é mais uma construção discursiva, como a história oficial que tanto quer criticar por ser ideológica.

É importante contextualizar, também, que tal polêmica em torno dos livros se deu em um ano marcado pelo crescente atrito entre *Nexos* e *Vuelta* por conta do *Coloquio de Invierno*, organizado pelo primeiro grupo e muito criticado pelo segundo por conta do patrocínio recebido de instituições públicas.<sup>14</sup> As críticas direcionadas à *Nexos* refletiam não só discordância e distintas posições políticas em torno do tema da democracia, mas

---

<sup>14</sup> O *Coloquio de Invierno*, sob o título oficial de *Los grandes cambios de nuestro tempo. La situación internacional, América Latina y México*, ocorreu entre os dias 10 e 21 de fevereiro de 1992 e foi promovido pelo grupo *Nexos* com apoio de instituições públicas como a Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) e o Consejo Nacional para la Cultura y las Artes (CONACULTA). Segundo os organizadores, o colóquio buscava reunir intelectuais e especialistas mexicanos e estrangeiros em discussões sobre o contexto político e econômico mundial, mas a imprensa no período repercutiu o encontro como uma resposta a um outro evento intelectual organizado pelo grupo *Vuelta*, entre 27 de agosto e 2 setembro de 1990, intitulado *El siglo XX. La experiencia de la libertad*. Segundo Caballero Escorcía (2020), mais do que sustentar duas posições distintas sobre o cenário geopolítico mundial, os eventos revelam uma disputa entre estes dois grupos intelectuais pela hegemonia no campo cultural mexicano, marcando suas concepções opostas sobre o papel dos intelectuais na política e as relações travadas entre eles e o poder. Para mais informações sobre a rivalidade e os enfrentamentos ideológicos e conceituais de *Nexos* e *Vuelta*, confira também Gallegos Cruz, 2018.

também atacavam a relação que Aguilar Camín, em específico, e o grupo *Nexos*, em geral, vinha cultivando com o poder político. Ao escrever sua defesa da revisão dos livros didáticos durante o governo Salinas, Aguilar Camín (1992) vai usar o mesmo argumento inicial de Florescano: os livros estavam sendo criticados por questões que superavam suas páginas e conteúdos. O autor defende que os livros foram capturados em um contexto de disputa pelo poder, em seus vários níveis, e elenca quatro “contextos alheios” que estariam por trás da polêmica: a) o tema da sucessão presidencial, b) a luta dos sindicatos dos professores para não serem excluídos da reforma educacional, c) o questionamento do PRD sobre o governo Salinas e das eleições mais recentes no estado de Michoacán, d) o atrito com *Vuelta*, denominada por ele como “guerrilha cultural” (Aguilar Camín, 1992, p. 2). O autor explica os três primeiros contextos em termos de estratégia da oposição ao governo federal e interesses políticos que estariam instrumentalizando a discussão em torno dos livros. Ao referir-se à rivalidade com *Vuelta*, no entanto, a disputa pelo poder não é tão conectada à oposição ao governo, mas sim a uma competição no campo intelectual: acusado de aproximar-se do Estado e beneficiar-se das relações com o poder, o grupo *Nexos* estaria apropriando-se de “centros vitais da cultura mexicana” (Aguilar Camín, 1992, p. 8). Explicando a polêmica dos livros como uma extensão do atrito iniciado com o *Coloquio de Invierno*, o autor justifica a “guerrilha cultural” nesse contexto dos ataques realizados por *Vuelta*, alheios também ao conteúdo do material didático. Aguilar Camín não precisa, então, defender os textos, como fez Florescano, porque, do seu ponto de vista, são as relações de poder entre os campos intelectual e político que explicam a resistência à revisão dos livros didáticos. O fato de *Vuelta* usar as críticas ao *Coloquio de Invierno* para reafirmar sua posição de intelectuais independentes e autônomos é significativo (Gallegos Cruz, 2018), mas quanto a este tema dos livros, os artigos publicados na revista de Octavio Paz revelam uma importante dimensão da disputa pelas conexões com o poder, conexões estas que *Nexos* parecia ter arrebatado e concretizado com a liderança de Aguilar Camín e Florescano na confecção dos novos textos didáticos.

Ainda em outubro de 1992, a edição 191 de *Vuelta* trouxe o texto “*Historias ejemplares*” de Aurelio Asiain, que chegou a atuar como chefe de redação da revista e tornou-se membro do conselho editorial de *Letras Libres*, de Krauze, depois de 1999. O autor tece sua crítica baseando-se justamente na relação que *Nexos* estabeleceu com o poder durante o governo Salinas. Asiain dá certa razão à justificativa de Aguilar Camín de que a esquerda em torno do PRD apropriou-se da discussão dos livros como estratégia política, mas acha as explicações do diretor de *Nexos* insuficientes quanto à ideia de uma “guerrilha cultural” empreendida contra o grupo. O autor afirma:

También es sorprendente que a estas alturas (después de recibir el programa *Nexos TV*, el canal 22, el Coloquio de Invierno, los libros de texto y la Subsecretaría de Educación Básica) el grupo de burócratas culturales y asesores presidenciales que se reúnen en la revista *Nexos* se vean a sí mismos como ejemplo de independencia, nieguen que se están apoderando de los organismos centrales de la cultura mexicana y se alarmen ante la alarma de la opinión pública (Asiain, 1992, p. 31).

De fato, *Nexos* parece ter conquistado bastante espaço junto ao poder político mexicano, mas a questão de fundo aqui não pode ser resumida à reivindicação por independência do poder político ou à afirmação da importância da autonomia para a prática intelectual. Ao analisar as denúncias e ataques que Octavio Paz e o grupo *Vuelta* empreenderam, ao longo de 1992, contra as relações que *Nexos* estabelecia com o poder neste “sequestro dos centros públicos de cultura”, Carlos Illades demonstra que “*lo que estaba realmente en juego no era la pluralidad, sino tanto el poder dentro del campo intelectual como el privilegio de hablarle al oído al príncipe*” (Illades, 2018, p. 287). Ou seja, o que estava em disputa era a proximidade com o poder político, bem como todas as benesses, materiais ou simbólicas, que isso poderia render.

Asiain também aborda os conteúdos dos livros e tece uma importante crítica à concepção de história que serve de base à reformulação dos livros. O autor elogia a organização da obra e a abordagem de temas e questões antes excluídas nos livros anteriores, mas ressalta que ao remover os heróis e mitos, os autores acabaram criando uma história impessoal, sem sujeitos. A linguagem adotada também é reprovada como forma instrumental de acumular informações, sem dar real significado à narrativa dos

episódios e processos da história mexicana (Asiain, 1992, p. 32-34). Quanto à ideia de objetividade e profissionalidade defendida por Florescano, Asiain é enfático:

No hay historia sin punto de vista, aunque hay puntos de vista que no se asumen como tales y que se ven a sí mismos como resultado científico de los últimos avances en la investigación historiográfica [...]. Bajo la apariencia de objetividad, se esconde una subjetividad autoritaria: la del que no cree necesario presentar sus afirmaciones como suyas, de su momento, su escuela, sus convicciones, su partido, porque las ve como la última avanzada del progreso, la ciencia, la verdad (Asiain, 1992, p. 34).

Essa crítica direta às concepções históricas dos livros didáticos chama atenção para a dimensão discursiva ocultada por trás dos argumentos de Florescano e Aguilar Camín, que viam os livros como um esforço de revisão histórica e que, por esse motivo, teriam despertado tanta resistência política. A história produzida nesses termos torna-se tão povoada de mitos quanto a história oficial, exceto que os mitos não são pessoas, mas forças históricas abstratas como “povo”, “sociedade civil”, “mercado”, “democracia”. Tal como já ressaltai, buscando substituir uma verdade por outra, o esforço dos livros didáticos de Florescano e Aguilar Camín torna-se um ato político. Como descreveu Illades, a disputa dos intelectuais de *Nexos* e *Vuelta* deu-se menos por diferenças ideológicas que pela chance de sentar-se mais próximo ao “trono”. O momento de atrito entre os dois grupos, em 1992, deve ser contraposto a um histórico de afinidades e discordâncias que inclui as diferenças políticas em torno do conceito de democracia ou do papel do intelectual na sociedade, mas também revela a voz uníssona das publicações ao criticar a fraude das eleições de 1988 ou a violência do levante neozapatista da EZLN, em 1994 (Illades, 2018, p. 289-295).

Mesmo esse momento de distanciamento, concretizado na polêmica dos livros didáticos, parece ter tido uma instância de reconciliação. O projeto de história revisionista que inspirou Florescano e Aguilar Camín recebeu duras críticas de Asiain, mas na edição seguinte de *Vuelta*, um breve texto de Krauze trazia um apelo à história feita de “fatos verificáveis” e em busca de uma síntese em nome da “verdade”. Em novembro de 1992, o texto “*Merienda histórica*” descreve um debate fictício entre dois idosos, um liberal e outro conservador, que têm um dos novos livros didáticos do neto em mãos. Depois de

muito discutirem sobre diferentes fontes da história da independência mexicana e a existência ou não de um personagem controverso (*El Pípila*), os dois escrevem juntos um pequeno texto, um “capítulo da história nacional”, considerando os documentos que usaram antes para contraporem suas visões históricas. A pequena narrativa de Krauze termina com os dois satisfeitos e reconciliados, apesar de suas diferenças políticas, brindando às fontes históricas de Alamán e Mora e à “verdade” (Krauze, 1992b, p. 62-63).

Esse texto de Krauze demonstra que para *Vuelta*, o problema maior com os livros didáticos estava de fato na relação que *Nexos* criou com o poder. Asiain até critica a forma como a história foi concebida, mas seu texto ressalta que é uma história problemática por uma questão de escrita ou da forma como foi executado o projeto revisionista, que buscou esconder suas relações com o poder e seu projeto político. Ao reforçar a importância da verdade histórica, o texto de Krauze enfatiza a ideia de que a disputa pelo poder no campo intelectual era não só sobre quem colheria os benefícios de uma relação com o Estado, mas sim sobre qual dos grupos seria o porta-voz da nova verdade histórica, da versão oficial do novo Estado, que sim era priísta, mas era antes de tudo “modernizado”. *Nexos* e *Vuelta* são polos opostos em muitas questões, mas a concepção de história como um *passado* a ser revisto para justificar a nova ordem neoliberal, e de história como *ciência* feita de processos verificáveis, unia-os. Lomnitz também descreve os dois grupos como representantes dos mesmos interesses:

The peculiarity of Krauze’s generation of mythmakers is that they are not builders of state institutions, but have instead used state patronage to build private niches for themselves. Two Mexican intellectuals of the 1968 generation have been emblematic in this transition: Hector Aguilar Camín (former editor of *Nexos*) and Enrique Krauze (former subdirector of *Vuelta*). These intellectuals have been in the business of creating their own “factories of culture.” They now speak from these niches and ventriloquize “civil society,” much as Maya priests once interpreted the commands of a talking cross (Lomnitz, 1998, p. 1064).

De acordo com Lomnitz, *Nexos* e *Vuelta* têm em comum sua concepção histórica definida no contexto de privatizações do setor cultural e de neoliberalização da relação do Estado com grupos intelectuais específicos. Os dois grupos giraram em torno de

narrativas teleológicas e mitologizantes do passado como forma de intervir no presente. Ou seja, tais historiadores e suas “fábricas de cultura” não atuavam na construção de uma história a favor do Estado, tal como criticou a história revisionista, mas utilizavam o Estado neoliberal como forma de privatizar a cultura, em geral, e a história, em particular. Tomando a história para si, tratavam-na com um método em busca de uma verdade a ser desvelada e, principalmente, colocavam-se como portadores dessa verdade ao desconstruir o discurso do “velho” passado mexicano.

Gavin O’Toole também cria uma explicação que une os esforços de representantes de *Nexos* e *Vuelta* no modo como reformularam o nacionalismo ou discursos de identidade nacional no período. Em sua defesa das reformas neoliberais como forma de “modernização” do país, esses intelectuais justificaram uma relação cada vez mais próxima com o mercado externo e com os EUA, vendo no NAFTA a concretização de um novo México, um país diverso, plural e cosmopolita e avesso ao seu passado estatista, autoritário. Consideravam que, em um cenário de globalização inevitável, um nacionalismo moderado e aberto à integração com os EUA era mais adequado, pautando o discurso de identidade na pluralidade cultural mexicana (O’Toole, 2010, p. 152-157).

O intuito deste trabalho é argumentar a favor dessas leituras que ressaltam mais os traços em comum que a rivalidade entre *Nexos* e *Vuelta*. Se levarmos em conta os interesses políticos e suas relações com o campo intelectual mexicano descritos aqui, é possível unificar esses grupos rivais em uma dimensão que abarca as interpretações de Lomnitz e O’Toole, ao passo que as aprofunda: seja pelo contexto da privatização do cultural, seja pelo nacionalismo moderado, os dois grupos tornam-se um se considerarmos que ambos estão imaginando um *único* futuro possível para o México dos anos 1980 e 1990. A perspectiva da globalização como processo *inevitável* implicou, no âmbito dos discursos intelectuais circulados pelas publicações, uma “modernização” somente possível de ser processada nos termos neoliberais. O modo como esses intelectuais conceberam a prática histórica, o passado e o presente do México, os levou a imaginar um futuro muito específico para o país, sem conseguir conceber uma modernidade não-global ou não-neoliberal. A ideia de uma globalização inevitável não

era exclusiva de *Nexos* e *Vuelta*, claro. Mas esse grupo, composto pelas duas maiores e mais influentes publicações culturais naquele período, foi o maior promotor de um projeto político que baseou-se na ideia de *inevitabilidade*, de *única* possibilidade de desenvolvimento. Em um contexto no qual a transformação do presente mostrava-se urgente, a estratégia discursiva e simbólica da ação intelectual desses autores foi a de construir *um* futuro, erigindo-o como uma nova verdade desvelada de um passado antes falsificado.

### Considerações finais

O ano de 1992 concentrou uma quantidade significativa de referências às obras dos intelectuais aqui estudados. A polêmica em torno do *Coloquio de Invierno* e a revisão dos livros didáticos gerou oportunidades de debate e conflito entre os grupos intelectuais de maior destaque no México, mas também propiciou disputas sobre a natureza da análise histórica e seu papel na política do país. De fato, como fica evidente ao longo do artigo, o apelo à história e o uso do passado no discurso intelectual não era novidade naquele ano. Tal prática tornou-se uma forma de legitimar a ação política de historiadores no campo intelectual e junto à opinião pública por meio das revistas culturais.

Entre 1982, com a chegada de Miguel de la Madrid ao poder e a adoção das primeiras medidas de abertura econômica, e 1992, com a polêmica dos livros didáticos no governo Salinas, *Nexos* e *Vuelta* firmaram-se na imprensa cultural mexicana, mobilizando temas e argumentos que recorriam a história do país para explicar o presente de crise no México. Nesse sentido, os textos de Krauze aqui analisados caracterizaram-se por operações discursivas capazes de validar suas posições liberais em uma leitura específica do passado, mas também revelaram que uma ideia simplista de “verdade” embasava sua abordagem histórica. No caso de Florescano e Aguilar Camín, a perspectiva revisionista que lhes rendeu renome no campo intelectual mexicano também despertou uma discussão em torno da relação que seu grupo travou com o governo na produção dos novos livros didáticos, em particular, e com o contexto das reformas políticas e econômicas neoliberais, em geral. Embora a rivalidade entre os grupos *Nexos* e *Vuelta*



tenha marcado a história das publicações, cada vez mais pode-se argumentar que os intelectuais aí reunidos representavam interesses políticos muito próximos, ainda que tenham defendido-os de maneira conflitiva e polêmica em diversas ocasiões.

A historiografia mexicana vinha desde os anos 1970 promovendo um esforço de análise e exame dos temas históricos frente à conjuntura política do país e como sistema de validação simbólica do PRI. Exemplos de resistência e luta contra a hegemonia priísta, cuja dominação sobre a política nacional corroía-se aceleradamente e visivelmente no período aqui estudado, podem ser encontrados ao longo da história do século XX mexicano. Mas a crescente oposição e questionamentos ao partido a partir do campo intelectual consolidou-se, a partir dos anos 1960, como uma reavaliação dos discursos históricos que serviam de base à identidade nacional e à cultura e história oficial.

Nas décadas de 1980 e 1990, a resistência dos intelectuais em reproduzir os discursos de legitimação histórica do PRI tomou a forma de um revisionismo que implicou não só novos modos de discutir a história mexicana, mas também de atuação política dos historiadores. Os grupos *Nexos* e *Vuelta* foram importantes bastiões de produção e circulação de discursos que pautaram essa atuação, e as especificidades materiais das revistas culturais e suas relações com a política no período ajudaram a moldar e configurar como esse processo se desenvolveu, entremeando história, passado, poder e o papel dos intelectuais na sociedade.

## Referências Bibliográficas

### Fontes

Os textos das revistas foram acessados nas hemerotecas digitais disponíveis em:

- *Vuelta*: <http://www.letraslibres.com/archivo>
- *Nexos*: <http://www.nexos.com.mx>

AGUILAR CAMÍN, Héctor. El contexto de los textos. *Nexos*, n. 178, oct. 1992.

ASIAIN, Aurelio. Historias ejemplares. *Vuelta*, n. 191, p. 30-34, oct. 1992.

FLORESCANO, Enrique. El historiador y la crítica. *Nexos*, n. 178, oct. 1992.

FLORESCANO, Enrique. *Memoria Mexicana*. 2ª ed. México: FCE, 1994. (Primeira edição: 1987)

FLORESCANO, Enrique. *Historia de las historias de la nación mexicana*. México: Taurus, 2002.

FLORESCANO, Enrique. *La historia y el historiador*. 2ª ed. México: FCE, 2003. (Primeira edição: 1997).

KNIGHT, Alan. Biografía del poder, de Enrique Krauze. *Vuelta*, n. 138, p. 39-45, mayo 1988.

KRAUZE, Enrique. Por una democracia sin adjetivos. *Vuelta*, n. 86, p. 4-13, ene. 1984.

KRAUZE, Enrique. Ecos porfirianos. *Vuelta*, n. 103, p. 22-23, jun. 1985.

KRAUZE, Enrique. *Por una democracia sin adjetivos*. México: Joaquín Mortiz, 1986.

KRAUZE, Enrique. *Biografía del poder: caudillos de la Revolución Mexicana, 1910-1940*. México: Tusquets Editores, 1987a.

KRAUZE, Enrique. Taracena muralista. *Vuelta*, n. 129, p. 82, ago. 1987b.

KRAUZE, Enrique. Nuevos adjetivos para la democracia. *Vuelta*, n. 133-134, p. 46-50, dic. 1987-ene. 1988.

KRAUZE, Enrique. El oficio de historiar, de Luis González. *Vuelta*, n. 140, p. 36-38, jul. 1988.

KRAUZE, Enrique. Después del milagro, de Héctor Aguilar Camín. *Vuelta*, n. 146, p. 38-41, ene. 1989.

KRAUZE, Enrique. Balance político. *Vuelta*, n. 180, p. 68-70, nov. 1991a.

KRAUZE, Enrique. Su Majestad Británica contra la Revolución Mexicana. 1900-1950, de Lorenzo Meyer. *Vuelta*, n. 177, p. 35-37, ago. 1991b.

KRAUZE, Enrique. *Textos heréticos*. México: Grijalbo, 1992a.

KRAUZE, Enrique. Merienda histórica. *Vuelta*, n. 192, p. 62-63, nov. 1992b.

KRAUZE, Enrique. *Siglo de caudillos: biografía política de México (1810-1910)*. México: Tusquets Editores, 1994.

KRAUZE, Enrique. Vida y temperamento, Plutarco Elías Calles 1877-1920, de Carlos Macías. *Vuelta*, n. 229, p. 42-43, dic. 1995.

KRAUZE, Enrique. *La presidencia imperial: de Manuel Ávila Camacho a Carlos Salinas de Gortari*. México: Tusquets Editores, 1997a.

KRAUZE, Enrique. *Mexico - Biography of Power: A History of Modern Mexico, 1810-1996*. New York: HarperCollins Publishers, 1997b.

KRAUZE, Enrique. Conversación entre Luis González y González y Enrique Krauze. *Letras Libres*, n. 10, p. 28-32, oct. 1999a.

KRAUZE, Enrique. La democracia adolescente. *Letras Libres*, n. 7, p. 76-77, jul. 1999b.

KRAUZE, Enrique. *Caudillos culturales en la Revolución Mexicana*. México: Tusquets Editores, 2016. (Primeira edição: 1976)

## Bibliografía

ALTAMIRANO, Carlos e Jorge Myers. *Historia de los intelectuales en América Latina*. Buenos Aires; Madrid: Katz Editores, 2008.

ARAUJO PARDO, Alejandro. Guillermo Bonfil Batalla. Mexico Profundo (1987). In: Illades, Carlos e Rodolfo Suárez (org.). *México como problema: esbozo de una historia intelectual*, p. 343–363. México: Siglo Veintiuno Editores, 2012.

BABB, Sarah. *Proyecto: México. Los economistas del nacionalismo al neoliberalismo*. México: FCE, 2003.

CABALLERO ESCORCIA, Boris. Hegemonía cultural disputada en México. Las revistas *Nexos* y *Vuelta* enfrentadas (1990-1992). *Anuario de Historia Regional y de Las Fronteras*, vol. 25, n. 2, p. 149–186, 2020. <https://doi.org/10.18273/revanu.v25n2-2020006>

CAMP, Roderic A. Intellectuals: Agents of Change in Mexico? *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, vol. 23, n. 3, p. 297-320, 1981. <https://doi.org/10.2307/165549>

\_\_\_\_\_. An Image of Mexican Intellectuals, Some Preliminary Observations. *Mexican Studies/Estudios Mexicanos*, vol. 1, n. 1, p. 61–82, 1985a. <https://doi.org/10.2307/1051980>

\_\_\_\_\_. *Intellectuals and the State in Twentieth-Century Mexico*. Austin: University of Texas Press, 1985b.

\_\_\_\_\_. The Revolution's Second Generation: The Miracle, 1946-1982 and Collapse of the PRI, 1982-2000. In: Beezley, William (org.). *A Companion to Mexican History and Culture*, pp. 468–79. Wiley-Blackwell, 2011.

CLAVIJO, Fernando e Susana Valdivieso. Reformas estructurales y política macroeconómica. In: Clavijo, F. (org.). *Reformas Económicas En México, 1982-1999*. México: FCE; CEPAL, 2000.

CONCHEIRO, Luciano, Ana Sofía Rodríguez e Álvaro Ruiz Rodilla. *Las décadas de Nexos (1978-1997) - Tomo I e II*. México: FCE, 2018.

CRESPO, Regina. Revistas culturais e literárias latino-americanas: objetos de pesquisa, fontes de conhecimento histórico e cultural. In: Franco, S. e M. A. Junqueira (org.). *Cadernos de Seminários de Pesquisa*, p. 98-115. São Paulo: Usp/Humanitas, 2011.

FLORES, Malva. Un cuartel general hispanoamericano. Inicio y consolidación de la revista *Vuelta* (1976-1998). In: Crespo, R. (org.). *Revistas en América Latina: proyectos literarios, políticos y culturales*, p. 503-536. México: UNAM/Eón, 2010.

GALLEGOS CRUZ, Cristhian. La escritura de la democracia: un estudio sobre las transformaciones de lo político y los discursos intelectuales en las revistas *Vuelta y Nexos* (1976-2000). Dissertação de mestrado. Instituto Mora, México, 2018.

GAWRONSKI, Vincent T. The Revolution Is Dead. ¡Viva La Revolución!: The Place of the Mexican Revolution in the Era of Globalization. *Mexican Studies/Estudios Mexicanos*, vol. 18, n. 2, p. 363-397, 2002. <https://doi.org/10.1525/msem.2002.18.2.363>

GIL, Antonio Carlos Amador. As ciências sociais ao serviço do colonialismo? A antropologia aplicada, o auge do indigenismo e sua crise no México da segunda metade do século XX. *Dimensões*, vol. 29, p. 309-332, 2012. <http://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/5410>

GREAVES, Cecilia. La Secretaría de Educación Pública y la lectura, 1960-1985. In: *Historia de la lectura en México*, editado por Seminario de Historia de la Educación de México. México: El Colegio de México, 1997. <https://doi.org/10.2307/j.ctv3dnrj8.11>

ILLADES, Carlos. *El marxismo en México: una historia intelectual*. México: Taurus, 2018.

LOMNITZ, Claudio. An Intellectual's Stock in the Factory of Mexico's Ruins. *American Journal of Sociology*, vol. 103, n. 4, p. 1052-65, 1998. <https://doi.org/10.1086/231298>

\_\_\_\_\_. Narrating the Neoliberal Moment: History, Journalism, Historicity. *Public Culture*, vol. 20, n. 1, p. 39-56, 2008. <https://doi.org/10.1215/08992363-2007-015>

MATUTE, Álvaro. La historia en México (1984-2004). *Mexican Studies/Estudios Mexicanos*, vol. 20, n. 2, p. 327-342, 2004. <https://doi.org/10.1525/msem.2004.20.2.327>

\_\_\_\_\_. *Aproximaciones a la historiografía de la Revolución Mexicana*. México: UNAM, 2005.

MYERS, Jorge. Músicas distantes. Algumas notas sobre a história intelectual hoje: horizontes velhos e novos, perspectivas que se abrem. In: Sá, Maria Elisa Noronha (org.). *História intelectual latino-americana: itinerários, debates e perspectivas*, Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.

O'TOOLE, Gavin. *The Reinvention of Mexico: National Ideology in a Neoliberal Era*. Liverpool University Press, 2010.

ORNELAS, Carlos. *El sistema educativo mexicano: la transición de fin de siglo*. México: FCE, 2016.

POCOCK, John G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003.

RODRÍGUEZ KURI, Ariel. Challenges, Political Oposition, Economic Disaster, Natural Disaster and Democratization, 1968 to 2000. In: Beezley, William (org.). *A Companion to Mexican History and Culture*, p. 493–504. Wiley-Blackwell, 2011.

ROUSSEAU, Isabelle. *México ¿Una Revolución Silenciosa? Élités gubernamentales y proyecto de modernización, (1970-1995)*. México: El Colegio de México, 2001. <https://doi.org/10.2307/j.ctv3dnrkr>

SALAZAR CARRIÓN, Luis. Enrique Krauze. Por Una Democracia Sin Adjetivos (1983). In: Illades, Carlos e Rodolfo Suárez (org.). *México como problema: esbozo de una historia intelectual*, p. 155–167. México: Siglo Veintiuno Editores, 2012.

SALMERÓN SANGINÉS, Pedro e Pablo Serrano Álvarez. El auge de la historiografía política regionalista en México, Revisionismo y análisis político, 1968-2000. *Secuencia*, n. 57, p. 183-200, 2003. <http://dx.doi.org/10.18234/secuencia.v0i57.829>

SÁNCHEZ PRADO, Ignacio M. The Democratic Dogma: Héctor Aguilar Camín, Jorge G. Castañeda, and Enrique Krauze in the Neoliberal Crucible. In: Castillo, D. e Stuart A. Day. *Mexican Public Intellectuals*, p. 15–44. New York: Palgrave Macmillan, 2014.

SHEPPARD, Randal. *A Persistent Revolution: History, Nationalism, and Politics in Mexico since 1968*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2016.

SOARES, Gabriela Pellegrino. *Semear horizontes: uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil, 1915-1954*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SOARES, Gabriela Pellegrino. Letramento e mediações culturais em ‘pueblos’ indígenas do centro-sul do México no século XIX. *História Revista*, vol. 15, n. 1, p. 97–118, 2010. <https://doi.org/10.5216/hr.v15i1.10821>

VARGAS ESCOBAR, Natalia. La historia de México en los libros de texto gratuito: Evidencia de las transformaciones en los modelos de integración nacional. *Revista Mexicana de Investigación Educativa*, vol. 16, n. 49, p. 489-523, 2010. [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1405-66662011000200008](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-66662011000200008)

WOLDENBERG, José. *Historia Mínima de La Transición Democrática En México*. México: El Colegio de México, 2012.